



**Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais**

Diário da Justiça Militar Eletrônico

Nº 186/2024 ANO XV Divulgação: sexta-feira, 04 de outubro de 2024 Publicação: segunda-feira, 07 de outubro de 2024
Desembargador Jadir Silva Presidente Desembargador James Ferreira Santos Vice-Presidente Desembargador Sócrates Edgard do Anjos Corregedor Giovanni Viana Mendes Sec.Esp.Presidência

PRESIDÊNCIA

ATO(S) DO PRESIDENTE

Processo SEI nº 24.0.000001045-2

Processo SIAD 1051005 000070/2024

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2024

Em conformidade com o artigo 72, § único da Lei Federal nº 14.133/21

1 - OBJETO: Locação do Auditório e Salões "Serra do Curral" e "Praça da Liberdade" da CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BELO HORIZONTE - CDL/BH, para a Sessão Solene referente ao aniversário de 87 anos da Justiça Militar.

2 - CONTRATADO: CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BELO HORIZONTE - CDL/BH, inscrita no CNPJ sob o nº 17.179.359/0001- 70

3 - VALOR TOTAL: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

4 – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: "1051 02 061 734 4355 0001", natureza de despesa "339039", item de despesa "20", fonte de recursos "10" e procedência "1".

5 - DESPACHO: De acordo com o parecer da Assessoria Jurídica, reconheço, nos termos do art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21, a hipótese de Dispensa de Licitação.

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2024.

(a) Desembargador Jadir Silva

Presidente do Tribunal de Justiça Militar/MG

Extrato do Contrato nº 38/2024 celebrado entre o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BELO HORIZONTE- CNPJ nº 17.179.359/0001- 70
Objeto: Locação do Auditório e Salões "Serra do Curral" e "Praça da Liberdade" da CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BELO HORIZONTE - CDL/BH, para a Sessão Solene referente ao aniversário de 87 anos da Justiça Militar.

Valor total estimado: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

Dotação Orçamentária: "1051 02 061 734 4355 0001", natureza de despesa "339039", item de despesa "20", fonte de recursos "10" e procedência "1".

Vigência: 07/10/2024 a 07/02/2025

Assinatura: Belo Horizonte, 04 de outubro de 2024.

Processo SEI 24.0.000000924-1

Processo SIAD 1051005 000079/2024

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2024

Em conformidade com o artigo 72, § único da Lei Federal nº 14.133/21

1 - OBJETO: Contratação de empresa para ministrar capacitação in company sobre a utilização dos softwares Archivematica e AtoM (Access to Memory) que são ferramentas para a gestão e preservação de arquivos e documentos digitais, com carga horária de 20 horas, na modalidade online ao vivo, para até 10 participantes.

2 - CONTRATADO: META DOCUMENTOS DIGITAIS LTDA – CNPJ n.º 36.003.118/0001-10

3 - VALOR TOTAL: R\$ 9.642,00 (nove mil seiscentos e quarenta e dois reais).

4 – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: "1051 02 061 734 4003 0001", natureza de despesa "339039", item de despesa "48", fonte de recursos "60", procedência "1", para o exercício de 2024.

5 - DESPACHO: De acordo com o parecer da Assessoria Jurídica, reconheço, nos termos do art. 74, III, f da Lei Federal n. 14.133/2021, a hipótese de Inexigibilidade de Licitação.

Belo Horizonte, 04 de outubro de 2024.

(a) Desembargador Jadir Silva

Presidente do Tribunal de Justiça Militar/MG

Exonerando:

- Marina Lopes Rossi do cargo de provimento em comissão de Gerente, código do grupo JM-CH-01, código do cargo GE-L5, PJ-77, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão dos Servidores da Justiça Militar

do Estado de Minas Gerais, nos termos do Anexo III da Lei n. 23.755, de 6 de janeiro de 2021, a partir de 07/10/2024.

Nomeando:

- Marina Lopes Rossi para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Assessora Jurídica do Presidente, código do grupo JM-DS-02, código do cargo AP-L1, PJ-85, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão dos Servidores da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, nos termos do Anexo III da Lei n. 23.755, de 6 de janeiro de 2021;
- Ana Carolina de Mattos para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Gerente, código do grupo JM-CH-01, código do cargo GE-L5, PJ-77, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão dos Servidores da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, nos termos do Anexo III da Lei n. 23.755, de 6 de janeiro de 2021;
- Marcos Roberto Maciel para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Gerente de Secretaria, código do grupo JM-CH-01, código do cargo GS-L2, PJ-77, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão dos Servidores da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, nos termos do Anexo III da Lei n. 23.755, de 6 de janeiro de 2021.

Designando, nos termos da Portaria n. 1.370/2021, o servidor Marco Aurélio Paulon Campos, Oficial Judiciário, JME 0423-5, para exercer, em substituição, as funções do cargo de Gerente de Secretaria, código do grupo JM-CH-01, código do cargo GS-L1, no período de 14/10/2024 a 18/10/2024.

SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS PARA PROVIMENTO DE VAGAS EXISTENTES E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL N. 01/2024

O PRESIDENTE DO **TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, DESEMBARGADOR JADIR SILVA, torna pública a realização da seleção pública de estagiários, para provimento de vagas existentes e formação de cadastro de reserva, no prazo de validade deste certame, para estudantes dos cursos de pós-graduação em Direito, de graduação em Administração, em Ciência da Computação, Sistemas de Informação ou graduação similar, em Direito, em Engenharia Elétrica, em Jornalismo ou Comunicação Social e em Marketing ou Comunicação Social com habilitação em Publicidade e do curso de educação profissionalizante de Técnico em Manutenção em Informática, na Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, nos termos deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

A presente seleção pública será executada, nos termos deste Edital, pelo **Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais – CIEE/MG** e será coordenada e fiscalizada pela Comissão de Coordenação e Supervisão da seleção pública de estagiários, designada pela Portaria nº 1.649, de 18 de setembro de 2024.

1.1 - Poderão participar da seleção pública os estudantes dos cursos de pós-graduação em Direito, cursos superiores de Administração, de Ciência da Computação, Sistemas de Informação ou graduação similar, de Direito, de Engenharia Elétrica, de Jornalismo ou Comunicação Social, de Marketing ou Comunicação Social com habilitação em Publicidade e de e curso de nível médio profissionalizante de Técnico em Manutenção em Informática, nos termos da Lei n. 11.788/2008, da Portaria n. 1.637/2024 – TJMMG e mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1.1.1 - Serão admitidos apenas os estudantes que estejam cursando, no momento da convocação para a vaga:

a) do quinto ao nono período, nos cursos com duração de cinco anos, ou período equivalente, em se tratando de curso com duração inferior;

b) pós-graduação cujo tempo restante para conclusão seja superior a seis meses.

1.2 - A admissão do candidato aprovado está condicionada ao cumprimento de requisitos quanto ao período acadêmico mínimo e máximo para ingresso e à comprovação da regularidade documental.

1.3 - A presente seleção pública de estagiários destina-se ao preenchimento de vagas existentes na Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, bem como à formação de cadastro de reserva para vagas que vierem a surgir dentro do prazo de validade deste certame.

1.4 - A carga horária do estágio, a ser cumprida de segunda a sexta-feira, é de:

a) 30 (trinta) horas semanais, com jornada de 06 (seis) horas diárias, para os estudantes de pós-graduação e graduação;

b) 20 (vinte) horas semanais, com jornada de 04 (quatro) horas diárias, para os estudantes de nível médio profissionalizante.

1.5 - O estagiário fará jus a:

a) bolsa de estágio no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o estudante de curso de pós-graduação, R\$ 1.333,00 (mil trezentos e trinta e três reais) para o estudante de curso de graduação e de R\$ 699,00 (seiscentos e noventa e nove reais) para o estudante de nível médio profissionalizante;

b) auxílio-transporte, em pecúnia, fixado no valor único de R\$231,00 (duzentos e trinta e um reais);

c) Os valores da bolsa-estágio e auxílio-transporte serão calculados de acordo com a frequência do estagiário e carga horária de estágio cumprida.

d) seguro contra acidentes pessoais.

1.6 - A seleção pública de estagiários de que trata este Edital realizar-se-á por provas objetivas de conhecimento, de caráter eliminatório e classificatório, sob a responsabilidade do Centro de Integração Empresa Escola de Minas Gerais – CIEE/MG.

1.7 - A duração do estágio não poderá exceder a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estágio para pessoas com deficiência.

2. DAS VAGAS:

2.1 - As vagas existentes são:

| NÍVEL SUPERIOR DE ESCOLARIDADE – PÓS-GRADUAÇÃO | |
|---|--------------|
| Especialidade | Vagas |
| Direito | CR |
| NÍVEL SUPERIOR DE ESCOLARIDADE – GRADUAÇÃO | |
| Especialidade | Vagas |
| Administração | CR |
| Ciência da Computação, Sistemas de Informação ou curso de graduação similar | 01 |
| Direito | 05 |
| Engenharia Elétrica | 01 |
| Jornalismo ou Comunicação Social | CR |
| Marketing ou Comunicação Social com habilitação em Publicidade | CR |
| NÍVEL MÉDIO DE ESCOLARIDADE | |
| Especialidade | Vagas |
| Técnico em Manutenção em Informática | 01 |

3. DAS INSCRIÇÕES:

3.1 - As inscrições serão realizadas no período de 08h do dia **21/10/2024 até 23h59 do dia 15/11/2024** por meio eletrônico, no site www.cieemg.org.br.

3.2 - Não haverá, em nenhuma hipótese, inscrição provisória, condicional ou extemporânea, assim como por via postal, fax ou correio eletrônico ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

3.3 - No ato da inscrição, o candidato deverá indicar o turno em que gostaria de prestar o estágio, preferencialmente.

3.3.1 - A indicação do turno de interesse para o estágio não obriga a Justiça Militar de Minas Gerais a convocar o candidato exclusivamente para o turno indicado.

3.4 - Não será cobrada a taxa de inscrição.

4. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS:

4.1 - Aos candidatos com deficiência, inscritos nesta modalidade, é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas, conforme estabelecido neste Edital.

4.2 - Conforme o § 5º do art. 17 da Lei Federal n. 11.788/2008 e o art. 13 da Portaria n. 1.637/2024 do Tribunal de Justiça Militar, 10% (dez por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas, dentro do prazo de validade deste certame, serão reservadas aos candidatos com deficiência aprovados na seleção pública regida por este Edital.

4.3 - O percentual de vagas para os candidatos com deficiência, inscritos nesta modalidade, será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que: se for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

4.4 - A 5ª (quinta), a 15ª (décima quinta), a 25ª (vigésima quinta) vagas e assim sucessivamente, ficam destinadas aos candidatos com deficiência inscritos nesta modalidade, no prazo de validade da seleção pública.

4.5 - Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá declarar-se com deficiência no momento da inscrição.

4.6 - O candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, de acordo com a legislação aplicável e o previsto neste Edital.

4.7 - Considera-se como pessoas com deficiência aquelas que se enquadram na definição do art. 2º da Lei Federal nº. 13.146/2015, nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal n. 5.296/2004, na definição do § 1º do art. 1º da Lei Federal n. 12.764/2012 (pessoa com Transtorno do Espectro Autista) e nas situações previstas na Súmula 377 do STJ e na Lei Federal n. 14.126/2021 (visão monocular).

4.8 - Caso não existam candidatos com deficiência classificados em número suficiente para preenchimento das vagas existentes e das que vierem a surgir no prazo de validade da seleção pública, serão convocados estudantes da lista geral.

4.9 - Os estudantes com deficiência que necessitam de condições especiais para a realização da prova deverão solicitar a referida condição quando da inscrição.

4.10 - O candidato que por alguma razão necessitar de condições especiais para a realização das provas, deverá apresentar ao CIEE/MG, durante o período de inscrição para o concurso, requerimento, por e-mail para o endereço concursojtjmmg@cieemg.org.br, indicando nome completo, curso, telefones de contato e as condições de que necessita para a realização das provas e as razões de sua solicitação.

4.11 - A concessão das condições especiais para realização das provas fica condicionada à possibilidade técnica de atendimento examinada pelo CIEE/MG e ratificada pela Comissão de Coordenação e Supervisão da seleção pública de estagiários.

4.12 - A não solicitação de condições especiais para a realização das provas, conforme disposto neste Edital, implicará a não concessão destas ao candidato, não lhe cabendo qualquer reivindicação a esse respeito, no dia da prova ou posteriormente, seja qual for o motivo alegado.

4.13 - A relação dos candidatos que tiverem seus pedidos de condições especiais indeferidos será divulgada no site do CIEE/MG, **em 19/11/2024**.

4.14 - O candidato que se declarar com deficiência, quando convocado para preencher a vaga de estágio, deverá apresentar laudo médico, com carimbo e CRM do médico, que ateste a deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID e com a provável causa da deficiência.

4.14.1 - Caberá à Comissão de Coordenação e Supervisão da seleção pública de estagiários a análise da compatibilidade da deficiência com as atividades de estágio.

4.14.2 - A critério da Diretoria de Recursos Humanos do TJMMG, quando da admissão, o candidato com deficiência poderá ser submetido à perícia médica, a ser realizada pela Gerência de Saúde no Trabalho - GERSAT/TJMG.

4.14.3 - O candidato que se declarar com deficiência quando da inscrição, mas que, após a análise do laudo médico não for considerado com deficiência, será excluído da respectiva lista de classificação, passando a constar apenas na lista geral.

5. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS:

5.1 - 30% (trinta por cento) das vagas de estágio existentes na Justiça Militar serão destinadas a estagiários negros, nos termos da Resolução n. 336, de 29/09/2020, do CNJ e do Art. 14 da Portaria n. 1.637/2024 do Tribunal de Justiça Militar.

5.1.1 - O percentual de vagas para os candidatos negros, inscritos nesta modalidade, será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que: se for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

5.2 - Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.3 - Os estudantes inscritos como negros serão submetidos, quando convocados, a avaliação pela banca de avaliação da Comissão Permanente de Heteroidentificação do Tribunal de Justiça Militar, a fim de ser apurada a veracidade da autodeclaração de ser preto ou pardo.

5.3.1. A convocação para o procedimento de heteroidentificação será feita por meio do e-mail informado pelo estudante no ato da inscrição.

5.4 - O candidato deverá comparecer à entrevista com a Comissão de Avaliação munido de:

- a) documento de identidade original com foto; e
- b) foto 3x4.

5.5 - Para proferir a decisão, a Comissão de Avaliação considerará os seguintes aspectos:

- a) a autodeclaração de ser preto ou pardo manifestada no ato da inscrição; e
- b) características fenotípicas do candidato.

5.6 – O candidato não será considerado enquadrado na condição de negro quando:

- a) não comparecer à avaliação perante a banca de avaliação da Comissão de Heteroidentificação;
- b) os integrantes da banca de avaliação da Comissão de Heteroidentificação, por maioria, considerarem que ele não atendeu à qualidade de pessoa negra; ou
- c) não manifestar, no ato da inscrição, o interesse em concorrer à reserva de vagas para candidatos negros (pretos e pardos).

5.7 - Os estudantes que não forem considerados negros pela Comissão ou não comparecerem ao procedimento de heteroidentificação seguirão no certame, mas disputando entre as vagas de estágio destinadas à ampla concorrência, caso tenha pontuação para figurar entre os classificados.

5.8 - O enquadramento ou não do estudante na condição de pessoa negra não se configura em ato discriminatório de qualquer natureza.

5.9 - Os estudantes negros concorrerão concomitantemente às vagas de estágio a eles reservadas e àquelas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

5.10 - Além da cota de estágio de que trata o item 5.1, os estudantes negros poderão optar por concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

5.11 - Os estudantes negros aprovados para as vagas de estágio a eles destinadas e às reservadas às pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o preenchimento da vaga, deverão manifestar opção por uma delas.

5.12 - Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, caso os candidatos não se manifestem previamente, serão nomeados dentro das vagas destinadas aos negros.

5.13 - A 2ª (segunda), a 6ª (sexta), a 9ª (nona), a 12ª (décima segunda), a 16ª (décima sexta), a 19ª (décima nona), e assim sucessivamente, ficam destinadas aos candidatos negros inscritos nesta modalidade, no prazo de validade da seleção pública.

5.14 - Em caso de desistência de estudante negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo estudante negro posteriormente classificado.

5.15 - Na hipótese de não haver estudantes negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as bolsas de estágio reservadas, as bolsas de estágio remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais estudantes aprovados, observada a ordem de classificação no processo seletivo.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A INSCRIÇÃO:

6.1 - O CIEE/MG exime-se de responsabilidade sobre quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, inexatas ou incompletas fornecidas pelo candidato no ato da inscrição.

6.2 - Não será admitido o candidato que fornecer dados incorretos, inexatos ou incompletos na inscrição.

7. DA SELEÇÃO:

7.1 - A seleção pública para preenchimento das vagas de estágio-será composta de uma prova objetiva de conhecimentos, não identificada, de caráter eliminatório e classificatório, com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, sendo 20 (vinte) questões referentes a conhecimentos da Língua Portuguesa e 30 (trinta) questões específicas da área escolhida, conforme o conteúdo programático estabelecido no Anexo I deste Edital.

7.2 - As provas serão aplicadas no dia **24/11/2024 (domingo)**, às 8h30min (oito horas e trinta minutos), horário de Brasília, no local a ser determinado previamente pelo CIEE/MG, com duração total de 3 (três) horas. Caso seja necessário, a aplicação das provas poderá ocorrer também no turno da tarde, com o devido aviso prévio aos candidatos participantes.

7.2.1 - Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

7.2.2 - Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar as provas fora da data, do horário estabelecido e do local determinado.

7.2.3 - Os candidatos deverão comparecer ao local determinado com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para início das provas.

7.2.4 - Não será admitido o ingresso de candidato, no local de realização das provas, após o horário fixado para o seu início.

7.3 - Será obrigatória a apresentação do comprovante de inscrição acompanhado de documento de identidade oficial com foto que permita a identificação segura do candidato para acesso ao local das provas.

7.3.1 - Não haverá segunda chamada para a realização das provas, portanto o não comparecimento implicará eliminação automática do candidato.

7.3.2 - Serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgãos públicos, que, por lei, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

7.3.3 - Não serão aceitos como documento de identidade: certidão de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteira de motorista (modelo antigo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

7.4 - O candidato deverá portar caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, lápis e borracha.

7.5 - O candidato somente poderá deixar a sala onde se realizarem as provas mediante conhecimento prévio da equipe responsável e deverá estar acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

7.6 - As provas serão realizadas sem consulta a qualquer tipo de material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos de qualquer

natureza (telefones celulares, *paggers*, agendas eletrônicas, computadores de mão, cronômetros, relógios do tipo *databank*, etc.).

7.7 - Será eliminado o candidato que:

- a) estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a esta Seleção Pública, por qualquer meio, durante a realização das provas;
- b) usar de meios ilícitos para obter vantagens para si ou para outros;
- c) portar arma no local de realização das provas, ainda que de posse de documento de licença para o respectivo porte;
- d) portar, mesmo que desligados, durante o período de realização das provas, qualquer equipamento eletrônico ou instrumento de comunicação interna ou externa, ou deles fizer uso;
- e) fizer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações;
- f) deixar de atender às normas contidas nos cadernos de provas, na folha de respostas e demais orientações expedidas durante a realização das provas;
- g) deixar de entregar a folha de respostas, findo o prazo limite para realização das provas;
- h) registrar a identificação em quaisquer das provas, em local diverso do indicado para tal finalidade.

7.7.1 - Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL:

8.1 - A nota da prova objetiva será calculada à razão de 1 (um) ponto por acerto.

8.2 - A classificação será efetuada pela ordem decrescente dos pontos obtidos pelos candidatos.

8.3 - Somente será aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos pontos.

8.4 - Em caso de empate, terá preferência o candidato que, na ordem seguinte:

- a) tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme o art. 27, parágrafo único, da Lei Federal n. 10.741/2003;
- b) obtiver maior pontuação na prova de Conhecimentos Específicos;
- c) obtiver maior pontuação na prova de Língua Portuguesa;
- d) tiver a maior idade;
- e) vencer sorteio público.

8.5 - Os candidatos serão convocados, durante o prazo de validade da seleção pública, à medida que surgirem as vagas, seguindo a ordem de classificação e observando o disposto no item 10.3 deste Edital.

8.6 - A classificação final será publicada em três listas:

- a) a primeira contendo os nomes, por ordem de classificação, de todos os candidatos aprovados;
- b) a segunda, também por ordem de classificação, dos que se inscreverem às vagas destinadas as pessoas com deficiência;
- c) a terceira, também por ordem de classificação, dos que se inscreverem às vagas destinadas a candidatos negros.

8.7 - O gabarito das provas será divulgado no site do CIEE/MG, www.cieemg.org.br, no dia **25/11/2024**.

8.8 - A classificação preliminar será publicada no dia **02/12/2024**, nos sites do TJMMG, www.tjmmg.jus.br, e do CIEE/MG, www.cieemg.org.br, e no Diário da Justiça Militar eletrônico – DJME.

9. DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS

9.1 - Caberá a interposição de recurso fundamentado, dirigido ao CIEE/MG, contra as seguintes decisões:

a) gabarito e resultado das provas objetivas;

b) classificação final, desde que se refira a erro de cálculo da pontuação obtida.

9.2 - A interposição dos recursos elencados no item 9.1 deverá ser feita no **dia 05/12/2024**, a partir das 8h até as 17h.

9.2.1 - Os recursos mencionados no item 9.1 deverão ser apresentados ao CIEE/MG, via e-mail concursotjmmg@cieemg.org.br, através de formulário disponível no site www.cieemg.org.br, com a indicação de nome completo, número de inscrição do candidato, curso, telefones de contato e as razões do recurso.

9.3 - Não serão conhecidos os recursos:

- a) interpostos coletivamente;
- b) sem a devida fundamentação;
- c) intempestivos.

9.4 - A decisão sobre o deferimento ou indeferimento dos recursos será divulgada nos sites do CIEE/MG e do TJMMG, quando também será divulgada a classificação final dos candidatos.

9.5 - A decisão terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.

9.6 - Após a divulgação de que trata o item 9.4 deste Edital, a fundamentação da decisão sobre os recursos ficará disponível para consulta individualizada pelo candidato, na sede do CIEE/MG ou no site www.cieemg.org.br, até a data da homologação desta seleção pública pelo Presidente do TJMMG.

10. DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS:

10.1 - O preenchimento das vagas existentes e das que vierem a ocorrer durante o período de validade da seleção pública será realizado de acordo com a ordem de classificação.

10.2 - Os candidatos com deficiência e os candidatos negros serão convocados de acordo com a respectiva lista de classificação, observado o disposto nos itens 4 e 5 deste Edital, respectivamente, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

10.3 - Em atenção ao art. 2º, V, da Resolução CNJ n. 255 de 04 de setembro de 2018, quando o percentual de estagiárias do sexo feminino em atividade no TJMMG for inferior a 50% do total de vagas de estágio ocupadas, a convocação de novos estagiários será exclusivamente de candidatas do gênero feminino, até que seja atingido o percentual mínimo estabelecido.

10.3.1 - A aferição do quantitativo de estagiários por gênero será feita mensalmente pelo TJMMG até o dia 15 de cada mês.

10.3.2 - A convocação exclusiva das candidatas do gênero feminino, quando for o caso, deverá ser precedida de ato de autorização do Secretário Especial da Presidência, com a respectiva motivação.

10.4 - A convocação para preenchimento das vagas de estágio será realizada mediante contato telefônico e envio de e-mail pela Diretoria de Recursos Humanos do TJMMG.

10.4.1 - Serão considerados, para a convocação, os telefones e e-mails registrados pelo candidato quando da inscrição, sendo de responsabilidade dele manter atualizados seus dados junto à Diretoria de Recursos Humanos do TJMMG.

10.4.2 - Todas as tentativas de contato por telefone e e-mail serão registradas pela Diretoria de Recursos Humanos do TJMMG.

10.5 - Caso a jornada do estágio seja incompatível com o horário de atividade escolar, o candidato permanecerá na lista de classificação até o surgimento de vaga com jornada compatível, observado o prazo de validade da seleção pública.

10.6 - Após ser convocado, o candidato deverá enviar à Diretoria de Recursos Humanos do TJMMG, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a documentação solicitada para elaboração do Termo de Compromisso de Estágio.

11. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

11.1 - A participação no presente certame obriga o candidato a, sempre que aplicável, portar-se em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

11.2 - O CIEE/MG tratará os dados pessoais segundo os ditames e interesses do TJMMG, além de observar e cumprir as normas legais vigentes aplicáveis, nos termos do artigo 39 da Lei nº 13.709/2018.

11.3 - O CIEE/MG deverá notificar o TJMMG, por meio eletrônico, em 3 (três) dias úteis, de qualquer incidente de segurança detectado no âmbito de suas atividades que implique vazamento de dados pessoais.

11.4 - O TJMMG terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade do CIEE/MG com as obrigações de operador para a proteção de dados pessoais referentes à consecução desse certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1 - Esta seleção pública terá a validade de 1 (um) ano, contada a partir da data da publicação do ato de sua homologação pelo Presidente do TJMMG, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período.

12.2 – Este Edital será publicado no Diário da Justiça Militar eletrônico e as demais informações referentes à seleção pública serão divulgadas no site do TJMMG, www.tjmmg.jus.br, e do CIEE/MG, www.cieemg.org.br.

12.3 - É vedada a realização de estágio por estudante que possua vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados, que seja integrante da segurança pública federal, estadual, distrital ou municipal, que seja titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, que seja ocupante de cargo integrante dos quadros de pessoal da Justiça Militar de Minas Gerais ou, ainda, que atue como colaborador terceirizado da Justiça Militar de Minas Gerais, enquanto persistir o vínculo.

12.3.1 - É vedado ao estagiário de curso de pós-graduação em direito exercer a advocacia.

12.4 - A inscrição do candidato implicará conhecimento e tácita aceitação das regras desta seleção pública, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais comunicados ou instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

12.5 - A realização do estágio não estabelece vínculo empregatício do estudante com a Justiça Militar de Minas Gerais.

12.6 - O acompanhamento da divulgação deste Edital e dos comunicados relacionados à seleção pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

12.7 - Os prazos estabelecidos no Anexo II deste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para seu descumprimento.

12.8 - Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será excluído o dia da divulgação e incluído o último dia do prazo estabelecido, desde que este seja dia útil nesta Capital, sendo, em caso contrário, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

12.9 - A comprovação da tempestividade da apresentação de documentos e de recursos será feita pela data do envio do e-mail ou do protocolo de recebimento.

12.10 - Os recursos serão apresentados uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição durante ou após os prazos estabelecidos neste Edital.

12.11 - As informações e orientações referentes à seleção pública poderão ser obtidas no CIEE/MG e na Diretoria de Recursos Humanos do TJMMG, situada à Rua Tomaz Gonzaga, 686, 4º andar – Lourdes, Belo Horizonte/MG.

12.12 - O resultado final da seleção pública será homologado pelo Presidente do TJMMG.

12.13 – Quaisquer dúvidas poderão ser enviadas para o e-mail concursoTjmmg@cieemg.org.br, com a indicação de nome completo, curso, telefones de contato e as razões de sua solicitação.

12.14 - A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologado o certame, anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.15 - Poderá haver ajustes no edital, a qualquer momento, para retificação ou adequação, promovidos através de errata.

12.16 - As ocorrências não previstas neste Edital e os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Coordenação e Supervisão da seleção pública de estagiários e, em última análise, pelo Presidente do TJMMG.

(a) Desembargador **JADIR SILVA**
Presidente

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA:

- para as vagas de Técnico em Manutenção em Informática:

1. Interpretação de texto: informações literais e inferências possíveis. Ponto de vista do autor: significado contextual de palavras e expressões. Estruturação do texto: relações entre ideias e recursos de coesão.
2. Conhecimento da língua:
 - 2.1. Ortografia/acentuação; divisão silábica; sinônimo, antônimo, homônimos e parônimos, notações léxicas;
 - 2.2. Pontuação;
 - 2.3. Classes de palavras: definições, classificações, formas, flexões, funções e usos;
 - 2.4. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos;
 - 2.5. Concordância verbal e nominal;
 - 2.6. Regência verbal e nominal;
 - 2.7. Ocorrência de crase.

- comum a todas as áreas de nível superior e pós-graduação:

1. Interpretação de textos. Estrutura do texto: relação entre as ideias; recursos de coerência e coesão.
2. Ortografia oficial; divisão silábica; homônimos e parônimos; acentuação gráfica.
3. Sintaxe da oração e do período.
4. Substantivo: classificação, flexão, emprego.
5. Adjetivo: classificação, flexão, emprego.
6. Pronome: classificação, emprego, colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, formas de tratamento.
7. Verbo: conjugação, flexão, propriedades, classificação, emprego. Vozes verbais.
8. Advérbio: classificação e emprego.
9. Conjunções coordenativas e subordinativas.
10. Concordância verbal e nominal.
11. Regência verbal e nominal.
12. Ocorrência do sinal indicativo de crase.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

- ADMINISTRAÇÃO:

1. Administração Pública.
2. Estado e Políticas Sociais.
3. Gestão Pública.
4. Gestão de Processos.
5. Gestão da Qualidade.
6. Gestão de Projetos.
7. Direito e Cidadania.
8. Planejamento Público.

- CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO OU CURSO DE GRADUAÇÃO SIMILAR:

1. Lógica de Programação.
2. Banco de Dados Sql Server.
3. Modelagem de Banco de Dados.
4. Desenvolvimento de Sistema Web Estático.
5. Desenvolvimento de Sistema Web Dinâmico.
6. Noção de Levantamento de Requisitos.

- DIREITO:

1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais):
 - 1.1. Dos Princípios Fundamentais;
 - 1.2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais;
 - 1.3. Da Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil;
 - 1.4. Da Administração Pública;
 - 1.5. Do Poder Legislativo;
 - 1.6. Do Poder Executivo;
 - 1.7. Do Poder Judiciário;
 - 1.8. Das Funções essenciais à Justiça.
2. Direito Administrativo:
 - 2.1. Princípios do Direito Administrativo;
 - 2.2. Noções gerais de processo administrativo;
 - 2.3. Noções gerais de Direito Administrativo Disciplinar.
3. Direito Processual Civil:
 - 3.1. Do Processo de Conhecimento;
 - 3.2. Da Execução contra a Fazenda Pública.
4. Direito Penal:
 - 4.1. Parte Geral do Código Penal.
5. Direito Penal Militar:
 - 5.1. Parte geral do Código Penal Militar.
6. Direito Processual Penal Militar:
 - 6.1. Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969).

- ENGENHARIA ELÉTRICA:

1. Instalações elétricas prediais de média e baixa tensão.
2. Eletrônica analógica: dimensionamento e análise de circuitos.
3. Eletrônica digital: dimensionamento e análise de circuitos.
4. Sistemas eletrônicos de potência.
5. Conhecimento básico de rede lógica: protocolo de comunicação de dados, elementos ativos e análise de projetos e instalações.
6. Normas e segurança em instalações elétricas.

- JORNALISMO OU COMUNICAÇÃO SOCIAL:

1. Fundamentos da Comunicação Social.
2. Comunicação e Interações Sociais.
3. Teoria e Pesquisa em Comunicação.
4. Ética, Política e Cidadania.
5. Assessoria de Comunicação.
6. Comunicação Integrada e Gestão.
7. Semiótica.
8. Mídias Digitais.
9. Comunicação nas organizações.

- MARKETING OU COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM PUBLICIDADE:

1. Comunicação nas organizações.
2. Ética e legislação em comunicação.
3. Noções de linguagem audiovisual.
4. Linguagem publicitária.
5. Publicidade nos ambientes web.
6. Marketing digital e de conteúdo.

7. Criação gráfica e audiovisual.
8. Noções de design da informação.

- TÉCNICO EM MANUTENÇÃO EM INFORMÁTICA:

1. Instalação e configuração de sistemas operacionais Windows e Linux.
2. Instalação e configuração de aplicativos (Microsoft Office, Corel, VNC, Browsers, etc.).
3. Suporte ao usuário de aplicativos e/ou sistemas de informática (instalação e/ou utilização).
4. Noções básicas de ambiente de rede (acesso remoto, mapeamento, IP e acesso à internet).
5. Configuração de perfil de usuário em sistemas Operacionais (Windows versões 7, 10 e 11).
6. Noções de ambiente Mac (IOS).

ANEXO II

CRONOGRAMA PREVISTO

| Atividade | Datas Previstas* |
|---|-------------------------|
| Publicação do Edital | 07/10/2024 |
| Período de inscrições | 21/10 a 15/11/2024 |
| Divulgação dos candidatos que tiveram seus pedidos de condições especiais indeferidos | 19/11/2024 |
| Aplicação da prova objetiva | 24/11/2024 |
| Divulgação do gabarito e da classificação preliminar | 25/11/2024 |
| Divulgação da classificação preliminar | 02/12/2024 |
| Interposição de recursos | 05/12/2024 |

* As datas e os períodos estabelecidos no cronograma são passíveis de alteração, conforme necessidade e conveniência do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais e do CIEE/MG. Caso haja alteração, esta será previamente disponibilizada nos sites do TJMMG e do CIEE/MG.

SECRETARIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

ATO(S) DO SECRETÁRIO

Deferindo, nos termos do art. 33 da Portaria TJMMG n. 908/2016, licença-saúde à servidora Heloísa Cota Araújo Silva, Oficial Judiciária, JME 0351-4, 01 (um) dia, em 23/09/2024.

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**PRIMEIRA CÂMARA
PARA CIÊNCIA DAS PARTES**

**- SESSÃO PRESENCIAL -
CONVOCAÇÃO/INTIMAÇÃO**

De ordem do Exmo. Sr. Presidente da Primeira Câmara do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, Desembargador Osmar Duarte Marcelino, convoco os Exmos. Srs. Desembargadores, convido a Exma. Sra. Procuradora de Justiça e intimo as partes e seus advogados para a **Sessão Ordinária PRESENCIAL da Primeira Câmara** designada para o dia **22/10/2024 (terça-feira), às 14h**, a ser realizada na sede da Justiça Militar, situada na rua Tomaz Gonzaga, 686 – Edifício Tancredo Neves, bairro de Lourdes, 6º Andar, quando deverão ser julgados os processos da pauta a seguir publicada.

Nas sessões presenciais na sede do Tribunal, é permitido ao advogado com domicílio profissional em cidade diversa daquela onde está sediado o Tribunal realizar sustentação oral por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que o requeira até 24 (vinte e quatro) horas antes da data designada para realização da sessão, nos termos do art. 135, §§ 1º e 2º, do Regimento interno.

Belo Horizonte, 04 de outubro de 2024

Diretora Judiciária em exercício: Cleonice Gonçalves Pereira

MATÉRIA CRIMINAL

CORREIÇÃO PARCIAL

Processo n. 2000564-81.2024.9.13.0001

Relator: Desembargador Rúbio Paulino Coelho

Corrigente: Alexandre de Oliveira

Advogado: Alexandre Marques de Miranda (OAB/MG 112330)
Corrigido: Juiz de Direito Substituto da 1ª AJME
Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

Processo n. 2000216-54.2024.9.13.0004
Relator: Desembargador Rúbio Paulino Coelho
Recorrente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Recorridos: Manoel João Rodrigues (1)
 Marcus Vinicius Vieira Santos (2)
Advogado(a/s): André Luiz Pereira Gomes de Azevedo (OAB/MG 144466) e outro (1)
 Ricardo Soares Diniz (OAB/MG 106114) e outro(a/s) (2)

APELAÇÃO

Processo n. 2000079-12.2023.9.13.0003
Relator: Desembargador Osmar Duarte Marcelino
Revisor: Desembargador Fernando Galvão da Rocha
Apelantes: Jefferson Martins da Cruz (1)
 Sanderson Gonçalves Dias (1)
 André Chaves da Rocha (2)
Advogado(a/s): Letícia Barra Vieira (Madep 0234) – Defensora Pública (1)
 Alexandre Marques de Miranda (OAB/MG 112330) (2)
Apelado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

APELAÇÃO

Processo n. 2000760-19.2022.9.13.0002
Relator: Desembargador Osmar Duarte Marcelino
Revisor: Desembargador Fernando Galvão da Rocha
Apelantes: Lucas Alexandre José Vieira
 Mateus Martins de Almeida
Advogado(a/s): Elídio Ferreira da Silva (OAB/MG 106303) e outro(a/s)
Apelado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

APELAÇÃO

Processo n. 2000774-03.2022.9.13.0002
Relator: Desembargador Osmar Duarte Marcelino
Revisor: Desembargador Fernando Galvão da Rocha
Apelante: Helder Ferreira Paiva
Advogado: Evaldo Melgaço de Oliveira (OAB/MG 149547)
Apelado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

APELAÇÃO

Processo n. 2000535-90.2022.9.13.0004
Relator: Desembargador Rúbio Paulino Coelho
Revisor: Desembargador Osmar Duarte Marcelino
Apelante: Jorge Henrique Matos
Advogado(a/s): Leopoldo de Vasconcelos Maria (OAB/MG 184702) e outro(a/s)
Apelado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

MATÉRIA CÍVEL**APELAÇÃO**

Processo n. 2000126-77.2023.9.13.0005
Relator: Desembargador Fernando Galvão da Rocha
Apelante: Bruno Norton Vieira
Advogado(a/s): Janine Aires Santana de Araújo (OAB/MG 096712) e outro(a/s)
Apelado: Estado de Minas Gerais
Procuradores do Estado: Alessandra Nogueira Nunes (OAB/MG 099278)
 Nadja Arantes Grecco (OAB/MG 074786)
 Max Galdino Pawlowski (OAB/MG 072144)

APELAÇÃO

Processo n. 2000116-33.2023.9.13.0005
Relator: Desembargador Fernando Galvão da Rocha
Apelante: Bruno Norton Vieira
Advogado(a/s): Janine Aires Santana de Araújo (OAB/MG 096712) e outro(a/s)
Apelado: Estado de Minas Gerais

Procuradores do Estado: Alessandra Nogueira Nunes (OAB/MG 099278)
Nadja Arantes Grecco (OAB/MG 074786)
Max Galdino Pawlowski (OAB/MG 072144)

APELAÇÃO

Processo n. 2000127-62.2023.9.13.0005

Relator: Desembargador Fernando Galvão da Rocha

Apelante: Karen Vivian Rodrigues

Advogado(a/s): Josan Mendes Feres (OAB/MG 155915)

Apelado: Estado de Minas Gerais

Procuradores do Estado: Alessandra Nogueira Nunes (OAB/MG 099278)

Nadja Arantes Grecco (OAB/MG 074786)

Max Galdino Pawlowski (OAB/MG 072144)

ATENÇÃO: para os processos eletrônicos essa publicação é apenas de caráter informativo